

# VANGUARDA ESTUDANTIL

ÓRGÃO DO M.S.E.

COIMBRA - FEVEREIRO 1967

# EDITORIAL

I. Depois de um ano de cerrado mutismo, Vanguarda Estudantil reaparece e, com ela, o Movimento Sindical Estudantil.

Como movimento anti-fascista, a sua vida está em grande parte limitada pelas dificuldades da luta clandestina. E, com as características específicas que lhe advêm de ser um movimento estudantil, ele está sujeito às flutuações da população escolar.

O MSE teve grandes dificuldades. Hoje renasce. E mais do que isso: RENOVAM-SE.

Pareceu-nos, portanto, essencial definir princípios.

II. O MSE é uma Junta Patriótica Estudantil in formada basicamente pela característica UNI DADE - unidade de todas as forças anti-fascistas portuguesas contra o salazarismo, pe la inst aur aç ã o de uma ord em dem ocr át ic a.

- Porquê UNIDADE?

Porque o fascismo estabelece o monopólio de uma classe contra todas as outras. A luta anti-fascista, para ser eficaz, exige uni dade na diversidade ideológica e social. A luta anti-fascista é uma luta unitária.

- Qual o sentido actual da luta anti-fascista?

A luta anti-fascista é uma luta democrática porque com ela se procura o governo do povo contra a ditadura da minoria.

A luta anti-fascista é uma luta patriótica porque nela se defende a independência de Portugal da dominação dos grandes empórios económicos internacionais.

A luta anti-fascista é uma luta anti-colonial porque a política salazarista ignora o direito dos povos a decidirem o seu destino, e porque a guerra colonial pretere os

interesses do povo português em favor da minoria capitalista.

A luta anti-fascista é a luta por uma política de distribuição equitativa da riqueza e pela nacionalização dos grandes ramos da economia nacional, contra a ganância dum minoria e a miséria da maioria.

A luta anti-fascista é a luta pela educação e pela cultura, contra o obscurantismo medieval, apoio ideológico da situação actual.

A luta anti-fascista é a luta do humanismo fundado na razão e na ciência, a luta pela dignidade humana contra um regime fundado na ameaça, na denúncia, na força, na tortura, na prisão.

- Qual o sentido do anti-fascismo na Universidade?

Anti-fascismo é a luta contra uma Universidade de classe, é a luta pela sua democratização.

Anti-fascismo é a reivindicação dum acesso universitário que tenha por base não potencialidades económicas, mas potencialidades humanas.

Anti-fascismo é a luta contra métodos de ensino obsoletos, pela liberdade de investigação, pela livre expressão do pensamento.

Anti-fascismo é a luta pela liberdade associativa.

Anti-fascismo é a luta pela liberdade sindical, isto é, a liberdade de os estudantes se organizarem em sindicatos de defesa dos seus interesses.

I. Como se organiza o MSE? Como decide a sua acção? Ou seja, em que princípios organizatórios define a sua estrutura interna?

- Anti-dogmatismo

Em cada situação vai o MSE definir a sua linha de acção. Procuraremos que ela seja a

mais adequada a cada momento. Procuraremos que ela seja a mais correcta.

E qual é a mais correcta?

Será a que resulta do estudo da realidade nacional e estudantil e que se insere adequadamente nessa realidade no sentido de a transformar. Porque »a questão de saber se o pensamento humano pode atingir uma verdade objectiva não é uma questão teórica, mas uma questão prática. É na prática que o homem deve demonstrar a verdade, quer dizer, a validade, a força, a precisão do seu pensamento. A controvérsia sobre a realidade ou irreabilidade do pensamento, isolada da prática, é puramente escolástica».

Assim, os perigos do dogmatismo são os da infidelidade à experiência. Concretamente, os do desprezo da realidade universitária, não só por apego a directrizes anquilosadas, já desmentidas por essa realidade, mas também por adopção de novas directrizes que de qualquer forma a ultrapassam.

Propomo-nos o ESTUDO INFATIGÁVEL DA REALIDADE NACIONAL. Este é obrigação das primeiras de todo o militante. Sem ele, a impossibilidade de discussão correcta e fundada da acção.

#### - Centralismo democrático

A estrutura orgânica do MSE assenta nos princípios do centralismo democrático que a clandestinidade em parte restringe.

Torna-os prementes a necessidade de eficácia do nosso trabalho: eles impõem-nos uma discussão livre e honesta, uma decisão DEMOCRÁTICA, uma acção UNA.

#### - Segurança da luta clandestina

A organização dum movimento clandestino não deixa lugar ao amadorismo político. Afixação de regras que sejam o desenvolvimento das leis da luta clandestina constitui a tarefa que mais urgentemente se impôs ao MSE.

Esta é uma tarefa que interessa a todos os estudantes, a todos os democratas, porquanto defender o MSE é defender uma peça da luta contra a opressão salazarista. Por isso, se a sua protecção depende essencialmente do comportamento de todos os militantes, depende também do apoio e da solidariedade de todos os estudantes.

Sem a observância estrita das regras de segurança que a clandestinidade exige, estão abertas as portas à violência da repressão policial.

IV. É dentro destes princípios que o MSE se propõe uma luta contínua e persistente contra todas as forças que oprimem o povo português e impedem o desenvolvimento do país, e particularmente contra todas as manifestações dessa opressão na Universidade.

Consciente das responsabilidades que lhe cabem na defesa intransigente dos direitos dos estudantes e na denúncia de todos os atropelos a esses direitos, o MSE apela para a colaboração de todos os estudantes democratas, sem a qual qualquer trabalho político se tornará ineficaz.

#### ESTUDANTE. COMPANHEIRO.

O teu alheamento não é mais possível. Melhor, ele é uma escolha: pelo fascismo, pela demagogia, pela miséria, pelo obscurantismo, pela guerra, pelas mais baixas formas de opressão, pelo desprezo do homem.

Hoje mais do que nunca, no momento em que o regime salazarista acaba de comemorar quarenta anos de existência, que são outros tantos de empobrecimento do país e do povo; no momento em que a guerra colonial devora a juventude portuguesa a favor do capital monopolista e colonial; no momento em que a ruína

na da economia nacional obriga à emigração em massa do trabalhador português; no momento em que a repressão se abate sobre os melhores dos nossos, gritamos, firmes na decisão de construir,

- É PRECISO DENUNCIAR AS COMEMORAÇÕES SALAZARISTAS!
- FIM À GUERRA COLONIAL!
- FORA COM SALAZAR E A PIDE!
- ABAIXO A COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA AAC!

OLIVE A VOZ DA NAÇÃO EM LUTA

RÁDIO VOZ DA LIBERDADE

ÀS QUARTAS E SÁBADOS À  
1 H E 15 M EM 31 E 49 M O.C.  
E 230 E 320 M O.M.

## A A.A.C. CONTINUA SUJEITA A UMA

### COMISSÃO ADMINISTRATIVA

A sujeição da A.A.C. a uma comissão administrativa é, sem dúvida, o facto mais grave da actual situação académica. A importância desse facto resulta de a Associação ser o organismo fulcral da vida associativa estudantil, e de a sujeição dela a uma C.A. representar a sua paralisção como tal: a A.A., com uma C.A. imposta pelo Governo, passa a ser dirigida de fora, sem - ou melhor, contra - a vontade dos estudantes, uma vez que esta deixa de poder manifestar-se, pois não há eleições nem Assembleias Gerais. E, não podendo os estudantes gerir livremente a sua Associação, não há verdadeiramente vida associativa, e mesmo a própria Associação só nominalmente existe: o que há, de facto, é um departamento governamental a funcionar junto dos estudantes.

O funcionamento da Associação com uma C.A. apresenta-se-nos, assim, como uma situação anómala na vida de uma Associação autónoma como foi a A.A.C.. No entanto, a experiência mostra-nos que, nos últimos 40 anos, essa situação tem sido frequente: a A.A.C. esteve sujeita a comissões administrativas desde 1936 a 1944, novamente de 1945 a 1947, ainda em 1963 e actualmente desde 1965. Quer isto dizer que a nomeação de uma C.A. pelo Governo não pode tomar-se como uma atitude excepcional por parte deste; na realidade, é apenas uma fase da política repressiva que o Governo fascista sempre adoptou em relação às Associações de estudantes.

Qual a razão desta atitude repressiva?

Dizem os fascistas para justificarem os seus ataques às Associações que elas fazem política

contra o Governo. Isto é evidentemente um falso pretexto; as Associações são apolíticas, e nisso reside a sua força como organismos aglutinadores de todos os estudantes. Se os fascistas as atacam, é precisamente pelo contrário do que dizem: é por elas se recusarem a fazer política (a do Governo, única permitida). Isto mesmo foi confessado por um fascista numa das primeiras Assembleias Gerais de 1963-64, ao afirmar que "as Associações fazem política porque não fazem política". Para eles, todas as organizações devem fazer política (a do Governo, claro); se a não fizerem, estão a fazer política contra o Governo. É esta a lógica do fascismo.

Por isso mesmo é que eles atacaram a A.A.C. pelo facto de os estudantes de Coimbra, em Assembleia Magna de 1961, se terem recusado a a provar uma proposta que pretendia que ela tomasse posição perante a política colonialista de Salazar.

Foi ainda por essa razão que o Ministro da Educação Nacional, nos últimos Estatutos que arbitrariamente impôs à A.A.C., suprimiu a consagração da sua apoliticidade, expressamente consignada nos antigos Estatutos, e, numa Assembleia Magna de 1963-64, se opuseram os fascistas a uma proposta, aprovada pela grande maioria dos estudantes tendente a afirmar essa apoliticidade.

Como se vê, são os próprios fascistas que querem obrigar as Associações a fazer política e portanto a razão por que eles as atacam é muito diferente da que proclamam.

Na realidade, a causa do estado de tensão que há longos anos existe entre o Governo e as Associações de Estudantes radica no antagonismo que se verifica entre as estruturas destas, profundamente democráticas, e a estrutura fascista que as forças reaccionárias impuseram ao Estado Português.

O Estado fascista tem carácter ditatorial. Toda a sua actividade reverte em benefício de uma restrita minoria que se apoia na força policial para oprimir a maioria. O Governo - imposto ao povo que não tem qualquer possibilidade legal de controlar os actos dele - dirige toda a actividade dos organismos integrantes do Estado, através de indivíduos por ele directa ou indirectamente nomeados.

A estrutura das AA.EE., pelo contrário, é marcadamente democrática: os corpos gerentes são livremente eleitos pelos sócios, e a sua actividade é controlada por estes, através das Assembleias Gerais onde qualquer associado pode exprimir a sua opinião. As suas direcções, constituídas pelos elementos em que os estudantes depositam maior confiança, agem apenas em execução da vontade destes, inversamente do que sucede nos organismos sem autonomia (por exemplo: M.P., "Sindicatos Nacionais", etc.) cujas direcções se limitam a cumprir as directrizes - políticas - do Governo.

As AA.EE. são, como se vê, corpos estranhos dentro da estrutura totalitária do fascismo, pelo simples facto de existirem como entidades autónomas, autogeridas e apolíticas.

Autonomia e autogestão são conceitos absolutamente contrários à lógica do sistema fascista. E se há um conflito entre o Governo e as AA.EE. é precisamente porque elas se gerem democraticamente e pretendem defender livremente os interesses dos estudantes que representam, e só esses interesses; e porque o Governo é fascista e por isso não permite que haja associações que defendam interesses que não sejam os da classe privilegiada. Quando os salazaristas dizem que os estudantes perturbam a ordem, são coerentes com a sua maneira de pensar: defendendo os seus direitos, os estudantes perturbam uma ordem em que só é permitido defender os interesses duma minoria.

Por isso é que o actual regime tem procurado

desde o início aniquilar não só as AA.EE., mas to-  
das as organizações autónomas: liquidou os sin-  
dicatos operários, por defenderem interesses o-  
postos aos da classe monopolista; fechou a Socie-  
dade Portuguesa de Escritores, por desenvolver  
actividades culturais independentemente das di-  
rectrizes políticas do Governo; destruiu por com-  
pleto a autonomia da Universidade, distribuindo  
ele próprio os cargos directivos por professores  
subservientes, fazendo do Senado um grupo de tí-  
teres pelo Governo nomeados e manobrados, e ne-  
gando qualquer representação aos estudantes.

Por isso, ainda, é que o fascismo tentou des-  
de sempre anular as AA.EE.: criando a M.P., com  
que pensava poder substituí-las; publicando de-  
cretos impeditivos do seu normal funcionamento,  
como o 40900 e o 44632; prendendo e expulsando  
centenas de estudantes.

Por isso, finalmente, é que o fascismo impôs  
a C.A. à A.A.C.: esta imposição é apenas mais  
uma tentativa de eliminar aquela contradição en-  
tre o Governo e as Associações de Estudantes, es-  
truturando estas em moldes fascistas.

É assim que o Governo pretende estabelecer a  
harmonia com as Associações e "normalizar a vi-  
da associativa": não satisfazendo as reivindica-  
ções dos estudantes; não reconhecendo os seus di-  
reitos; mas sim tentando, pela força, fazê-los  
calar.

Com a imposição da C.A., os fascistas desma-  
cararam-se: reconheceram a sua total impotência  
para se colocarem à frente da A.A. por vontade  
dos estudantes, isto é, através de eleições li-  
vres; mostraram que dispõem apenas dum argumen-  
to para responder às reivindicações estudantis:  
a força; revelaram mais uma vez a sua verdadei-  
ra posição perante a A.A.C.: deixam-na funcio-  
nar enquanto têm a ilusão de poderem pô-la ao  
seu serviço; quando vêm que o não conseguem com  
o consentimento dos estudantes, impõem comissões  
administrativas contra a vontade destes, reco-

nhecendo; assim, o seu nenhum respeito pela au-  
tonomia associativa, e total divórcio entre o  
regime e os estudantes.

Associações autónomas e Governo fascista  
são portanto entidades que não podem viver har-  
mónicamente, pois o desenvolvimento normal das  
suas actuações gera necessariamente uma luta  
entre elas, luta que não pode terminar, a lon-  
go prazo, senão pela extinção de uma ou de ou-  
tras. Os estudantes não podem já alimentar ilu-  
sões quanto a um reconhecimento voluntário dos  
seus direitos pelo Governo. Enquanto houver fas-  
cismo, a autonomia associativa estará sempre  
coarctada, as proibições e os castigos multipli-  
car-se-ão por tudo e por nada, e os estudantes  
só terão direitos na medida em que consigam im-  
pô-los com a sua força e a sua unidade; o Gover-  
no só os reconhecerá se se vir obrigado a isso.  
Por vontade dele, vigoraria ainda o 40900 ou as  
Associações seriam permanentemente dirigidas  
por comissões administrativas. Se o 40900 foi  
revogado, foi porque os estudantes lhe opuseram  
toda a sua força; se as comissões administrati-  
vas só surgem excepcionalmente, é porque os es-  
tudentes as impedem de durar muito tempo.

Mas a defesa da autonomia e dos direitos es-  
tudentis no âmbito apolítico das Associações le-  
gais, tem, sob pena de se tornar estéril ou qui-  
xotesca, de ser acompanhada de uma luta políti-  
ca contra todas as forças que se opõem a esses  
direitos: não só contra a C.A. mas contra as en-  
tidades que estão por detrás dela e a manobram  
- as autoridades académicas fascistas, a Pide,  
o Governo salazarista. São estes os verdadeiros  
inimigos dos estudantes e enquanto eles existi-  
rem as Associações, com ou sem comissões admi-  
nistrativas, nunca poderão ser livres. Só pode  
haver associações livres numa sociedade livre.

Os estudantes só verão as suas reivindica-  
ções satisfeitas e os seus direitos reconheci-  
dos se souberem acompanhar a luta, no plano as

sociativo, contra a C.A. de uma luta paralela, no plano político, contra a ordem social fascista que ela representa. E esta luta só poderá ser eficaz se os estudantes se unirem a todas as outras forças que combatem contra essa ordem social. Contra o fascismo está a grande maioria do povo português, humilhado por quarenta anos de ditadura: estão os operários e os camponeses que lutam contra um regime que os impede de se defenderem da exploração de que são vítimas; estão os intelectuais perseguidos por um regime ferozmente inimigo da cultura; estão os povos das colônias, martirizados por um sistema colonialista que, ao serviço do imperialismo internacional, lhes nega o direito à autodeterminação. Todas estas forças lutam contra um inimigo comum - a ditadura fascista. É preciso que os estudantes saibam unir-se a elas, integrando a sua luta no grande combate do povo português pela sua libertação. Só a unidade de todas as forças democráticas e progressivas pode levar ao derrubamento do fascismo.

